

**AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: A
EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE
BREJETUBA-ES**

*FAMILY FARMING AND ASSOCIATIVISM: THE EXPERIENCE OF
THE FARMERS OF BREJETUBA-ES*

**Rhaiany Zavarize Dala Costa
Paulo Marcelo de Souza
Leonardo Faé de Almeida**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF
rhaianyzdca@yahoo.com.br, pmsouza@uenf.br, leofaal@yahoo.com.br

RESUMO

O principal objetivo da pesquisa foi analisar o processo de formação das associações de produtores rurais familiares no município de Brejetuba-ES. Essa análise baseou-se em informações obtidas mediante aplicação de questionários e realização de entrevistas, considerando uma amostra representativa de agricultores integrantes das associações do município. Concluiu-se que o associativismo mostrou-se uma alternativa importante para superar os desafios impostos aos agricultores familiares do município. Fomentadas inicialmente pelo Estado, mas alicerçadas no estoque de capital social, as associações cumprem um papel decisivo para a melhoria da estrutura produtiva, da renda e da qualidade de vida dos associados.

Palavras-chave: associações; tecnologia; capital social.

ABSTRACT

The main objective of the research was to analyze the formation of family farmers associations in Brejetuba-ES. The analysis was based on information obtained through questionnaires and interviews, considering a representative sample of the associated farmers of the county. It was concluded that the association is an important alternative to overcome the challenges faced by family farmers of the county. Initially promoted by the state, but grounded in the stock of social capital, the associations play a decisive role in improving the productive structure of the associated farmers, contributing to increase their income and quality of life.

Key words: associations; technology; social capital.

INTRODUÇÃO

De grande importância para o país, sobretudo por seu papel na ocupação de mão de obra e na produção de alimentos, a agricultura familiar tem especial destaque na economia do estado do Espírito Santo. Trata-se de um estado cuja agricultura foi fortemente influenciada pela vinda de imigrantes europeus, com finalidade colonizadora, e em substituição à mão de obra escrava, à medida que restrições ao emprego desta mão de obra foram surgindo.

A política de imigração instaurada no Espírito Santo, diferentemente do que vinha acontecendo em outros estados do país, possibilitou a constituição das pequenas propriedades rurais. Os imigrantes que vieram para o estado não se estabeleceram em

regime de colonato, recebendo do governo local títulos de pequenas propriedades das terras (CAMPOS JÚNIOR, 1996). Além da formação de núcleos de povoamento com imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães, a introdução do sistema de parceria, em virtude da fragmentação dos latifúndios escravistas do sul do Estado, principalmente com a abolição da mão de obra escrava, também contribuiu para o surgimento de pequenas propriedades familiares (BUFFON, 1992).

Localizado na microrregião Sudoeste Serrana do Espírito Santo, o município de Brejetuba se caracteriza pela predominância da agricultura familiar. A maior parte de sua população está concentrada na zona rural, com mais de 8.499 habitantes (IBGE, 2013), que têm na produção agrícola, especialmente a produção de café, o principal meio de subsistência. O município é o maior produtor de café arábica no Espírito Santo, e um dos cinco maiores produtores desta espécie no Brasil (FIDELIS, 2014).

Não obstante as especificidades da formação histórica do estado, a estrutura fundiária do município de Brejetuba é semelhante à de outras regiões, com predomínio numérico de pequenas propriedades, mas com área total concentrada em um número reduzido de propriedades maiores. Segundo INCAPER (2011), há no município 1.256 estabelecimentos, dos quais 783 são minifúndios, 398 pequenas propriedades, 70 médias propriedades e 5 grandes propriedades.

Conforme informações do último censo agropecuário, a maior parte dos estabelecimentos de Brejetuba, cerca de 84%, é caracterizada como familiar. As dificuldades desse segmento no município não diferem daquelas encontradas para o conjunto da agricultura familiar no país, cujo desenvolvimento é afetado pelas dificuldades no acesso a mercados, na obtenção de financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação (ABRAMOVAY, 1998), assim como pela falta ou baixa qualidade da assistência técnica e pela carência de estrutura de comercialização e de agregação de valor (GUANZIROLI, 2007).

Entre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores do município destacam-se, principalmente, as limitações decorrentes da escassez de recursos para investir na produção, das dificuldades de acesso ao crédito, da ausência de mercados estáveis para comercialização da produção e dos baixos níveis de organização. As dificuldades quanto à gestão das propriedades rurais, a falta de formação e de informações que possibilitem maior participação política e social, a dependência da maioria das propriedades da monocultura do café, a mão de obra escassa, além da relativa ausência de apoio do Estado, são também apontados como desafios vivenciados por esses agricultores (INCAPER, 2011).

Os baixos níveis de organização encontrados na agricultura familiar (GUANZIROLI et al, 2012) agravam as dificuldades do segmento. No que concerne à comercialização do café, a análise de Bergamim (2004), ainda que referente a outro município do estado (Boa Esperança), ilustra a situação geralmente enfrentada pelos agricultores de Brejetuba:

[...] A cadeia de comercialização do café é bem estruturada, mas sua organização é determinada pelo mercado em conformidade com as estratégias de acumulação ampliada de capital. Os personagens da cadeia comercial do café consistem nas seguintes figuras: produtor, comerciante e exportador. Ocorre, portanto, uma sujeição acentuada, dos agricultores familiares, ao comerciante local, responsável pelo transporte, secagem, pilagem e armazenamento do produto, uma vez que os agricultores descapitalizados e desorganizados não dispõem

dessa estrutura. Ao deixar o café armazenado, o agricultor ceda o compromisso de exclusividade de venda para o comerciante e este, como forma de empréstimo, também compra o café “antecipado”, ou seja, antes da colheita e cobra taxas de juros muito acima do mercado (BERGAMIM, 2004, p 129).

Nesse contexto, a formação de associações e a adoção de estratégias coletivas de negociação são mecanismos essenciais para reduzir os efeitos negativos da estrutura de mercado com que se deparam os agricultores familiares do município. A formação de associações possibilita inserção menos subordinada aos mercados de produtos e fatores, tornando possível a negociação da venda do produto e da aquisição de insumos com preços e prazos mais favoráveis, como também o uso coletivo de máquinas e equipamentos. Tais recursos, quando adquiridos coletivamente, possibilitam elevar a rentabilidade das atividades agrícolas (BRASIL, 2012). Além disso, conforme Tedesco (2001), o associativismo promove maior mobilização política, levando os agricultores a construir canais para acessar as políticas agrícolas, sobretudo municipais, voltadas para o desenvolvimento local.

Diante da importância do fator organização para o desenvolvimento da agricultura familiar, buscou-se, com a presente pesquisa, analisar o processo de formação e atuação das associações de agricultores do município de Brejetuba/ES. Em termos específicos, buscou-se: caracterizar o contexto de formação das associações, o perfil dos associados e a relação entre eles; observar as características da produção, da comercialização e do acesso às políticas de financiamento e assistência técnica; analisar a relação entre as associações e o poder público; identificar os principais resultados obtidos pelas associações; obter indícios acerca da dotação de capital social existente nas associações.

METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se em entrevistas e questionários, aplicados a integrantes das associações de agricultores do município. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa exploratória na secretaria de agricultura do município, onde também funciona a sede municipal do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), para obtenção de informações relativas às associações existentes. Com esse procedimento foi obtida a listagem das associações ativas, com o nome e o contato dos atuais presidentes, localização e quantidade de associados.

De posse dessas informações, constatou-se que há um total de 16 associações no município, sendo que 1 delas está desativada, segundo informações da secretaria de agricultura, do INCAPER e dos próprios associados da comunidade onde está inserida, e 3 delas estavam sendo estruturadas no ano de 2014 e ainda não possuíam resultados.

Desse modo, a pesquisa incidiu sobre as 12 associações restantes, localizadas em 11 comunidades do município e contando com um total de 308 agricultores familiares. Excluídos desse total os presidentes, que posteriormente foram submetidos a uma entrevista semiestruturada, restaram 296 agricultores. Desse universo foi extraída uma amostra de tamanho n , estimada com base na expressão inicialmente recomendada para populações infinitas ou com reposição (HOFFMANN, 1991):

$$n_0 = \frac{z_0^2 \hat{p}\hat{q}}{e^2}, \quad (1)$$

corrigida para a situação da pesquisa, envolvendo população finita e sem reposição:

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0}{m}} = \frac{\frac{z_0^2 \hat{p}\hat{q}}{e^2}}{1 + \frac{z_0^2 \hat{p}\hat{q}}{e^2 m}} \quad (2)$$

em que:

n_0 : tamanho da amostra para populações infinitas ou com reposição;

n : tamanho da amostra para populações finitas e sem reposição;

z_0 : valor crítico da variável normal reduzida z , para o nível de confiança assumido;

e : erro amostral;

p : proporção de agricultores que apresentam determinada característica;

q : proporção de agricultores que não apresentam determinada característica ($q=1-p$);

m : tamanho da população.

Assim, tratando-se de população finita, sem reposição, com variáveis de interesse expressas em termos de proporções (na ausência de uma estimativa de p , assumiu-se o valor $p = 0,5$, que maximiza o tamanho da amostra), e considerando margem de erro de 10% e nível de confiança de 95%, obteve-se a princípio uma amostra de 74 agricultores. Para captar as diferenças entre as associações, essa amostra foi estratificada, isto é, para cada associação, foi extraída uma amostra aleatória simples com tamanho proporcional à participação dessa associação no número total de associados. Esse procedimento elevou para 77 o número total de agricultores da amostragem, necessário para que fossem obtidos números inteiros para a amostra de cada associação. O número de questionários aplicados em cada associação, estabelecido com os procedimentos citados, encontra-se na Tabela 1.

TABELA 1- Estratificação da amostra segundo as associações consideradas

Associação	Questionários aplicados	
	Número	Porcentagem
Produtores Rurais da Serra da Chibata	10	13,33
Produtores Rurais de Rancho Dantas	5	6,67
Produtores Rurais de Pinheiros	6	8,00
Produtores Rurais de São Jorge de Oliveira	7	9,33
Produtores Rurais Boa Esperança	10	13,33
Produtores Rurais de Marapé	3	4,00
Produtores Rurais Águas Claras	3	4,00
Produtores Rurais de Santa Rita	7	9,33
Produtores Rurais de São Jorge	10	13,33
Produtores e Moradores de Brejaubinha	10	13,33
Agricultores Familiares União	1	1,33
Produtores Rurais de Vargem Grande	5	6,67
Total	77	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A amostragem foi realizada mediante sorteio aleatório entre os nomes de produtores de cada associação. Além disso, os agricultores pesquisados foram ao mesmo tempo facilitadores dos contatos com outros membros associados (bola-de-neve). Essa fase foi realizada nos meses de setembro e outubro, levando em consideração que o período de colheita do café arábica no município se estende de abril a setembro. Já as entrevistas foram realizadas em momento posterior à execução dos questionários, pois a análise de parte do que foi coletado é que apontou para questões

específicas tratadas nas entrevistas. Essas entrevistas foram dirigidas aos presidentes das associações a fim de relacionar dados e confirmar tendências identificadas pela análise dos questionários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto de formação das associações

As associações apresentadas neste estudo consistem em organizações criadas com o objetivo de contribuir para melhorar a renda das famílias associadas. Nas respostas dos entrevistados e nas falas de alguns presidentes, percebeu-se que a criação das associações do município foi incentivada pelo poder público, primordialmente com o objetivo de suprir necessidades específicas dos agricultores, especialmente para adquirir os equipamentos necessários para beneficiar a produção. Surgiram como resultado de um agrupamento entre os próprios membros das comunidades, que na maioria dos casos aconteceu a partir da iniciativa de um líder local. Após a constituição das associações pelos sócios fundadores, com o tempo outros agricultores foram se integrando ao grupo, sobretudo por meio da convivência na própria comunidade, entre amigos, parentes e vizinhos e através de convite pelos membros já associados.

Nesse processo de constituição, a motivação principal foi a utilização conjunta dos equipamentos para beneficiamento do café, a custos mais baixos, visando melhorar a qualidade do produto e auferir maiores preços na comercialização. Isso pode ser percebido na fala de um dos presidentes entrevistados:

“Devido às dificuldades que a gente tinha, né, de trabalhar em termos de despolar café, de pilar café, de secar café, então a gente teve uma opinião com o povo do lugar e ajuda com várias pessoas do nosso município. Então aí chegamos né, que ia resolver o nosso problema se nós formasse a associação” (Fala do presidente E durante entrevista).

As associações contam com recursos dos governos estadual e federal, através da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo e de emendas parlamentares, para adquirir os maquinários para o processamento da produção do café, como descascadores, secadores, máquinas de pilar, etc. Para os serviços de assistência técnica e para o licenciamento ambiental necessário para a implantação desses equipamentos, as associações contam com apoio da Secretaria de Agricultura e do Instituto Capixaba de assistência Técnica e extensão rural (INCAPER).

Entre as associações pesquisadas, três estão situadas em assentamentos, instituídos a partir da adesão ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) implantado pelo Governo Federal e desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA). Aqueles que se enquadram nos critérios do PNCF devem criar e registrar uma associação, composta pelos beneficiários do Programa e por seus dependentes. O estatuto deve ser elaborado de forma que um dos objetivos da associação seja a compra de terras através do Programa e a definição sobre a divisão do imóvel após a conclusão dos pagamentos (MDA, 2015).

Nesse sentido, as associações nos assentamentos são quase compulsórias, pois são instituições necessariamente formadas para receber os créditos e serviços oferecidos pelo poder público aos assentados. Portanto, a filiação a estas associações não pode ser

atribuída de imediato à vontade de cooperar e atuar coletivamente, nem à existência prévia de relações interpessoais de confiança.

As demais associações do município surgiram em contexto diferente, pois foram criadas por agricultores que já possuem terras. Contudo a finalidade parece ser a mesma: receber benefícios, sobretudo do estado, que por essa razão atua como um indutor do associativismo no município.

Caracterização dos agricultores associados

Embora com algumas diferenças, constatou-se que o perfil dos associados não difere significativamente entre as associações pesquisadas. Em relação ao estado civil, 83% dos associados vivem em união estável, 4% são solteiros, 4% viúvos e 8% são separados ou divorciados.

A maior parte dos associados (93%) é constituída por proprietários que trabalham em suas terras, enquanto 4% são comodatários e 3% trabalham como parceiros. Apesar de, em muitos casos, ser notada diferença entre proprietários e parceiros no que se refere à renda, esse fato em geral não influenciou sobre a condição material dos pesquisados. Essas diferentes condições também não afetaram a percepção geral dos entrevistados acerca da associação de que fazem parte.

Constatou-se que 53% dos associados sequer concluíram o ensino fundamental, e 12% não foram alfabetizados. Trata-se de uma evidência comum entre os agricultores brasileiros, que afeta principalmente o segmento familiar, resultante da ausência de investimentos em educação nas zonas rurais (ALMEIDA, 2014).

As associações do município são formadas, essencialmente, por agricultores familiares¹. No entanto, em três delas foram encontrados agricultores que não se caracterizam como tal, pois possuem propriedades de tamanho maior e empregam majoritariamente mão de obra assalariada. Tal fato demonstra que os benefícios de se fazer parte de uma associação rural transcendem a categoria de agricultor familiar. Apesar dessas exceções, a condição familiar é característica básica dessas associações, razão pela qual são consideradas em toda análise como associações de agricultores familiares.

Quando indagados sobre a renda familiar, 60% dos entrevistados afirmaram que vivem apenas com recursos financeiros gerados na propriedade. Os demais afirmaram ter outras fontes de renda, como aposentadorias, pensões, locação de imóveis urbanos, emprego de algum membro familiar, linhas de transporte escolar e até mesmo venda de mão de obra a outras propriedades. Tais resultados evidenciam no município a presença da pluriatividade, estratégia cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira, como destacado por Schneider (2003).

Produção, tecnologia, acesso a financiamentos e assistência técnica

Como anteriormente mencionado, a economia do município de Brejetuba é fortemente embasada no cultivo do café arábica. Os agricultores familiares, juntamente com os parceiros², são os responsáveis por grande parte da mão de obra empregada

¹ Para fins deste trabalho, foram considerados familiares os agricultores que se enquadram no que está prescrito na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006.

² Sistema de parceria (daí o termo parceiro) é uma relação de trabalho muito frequente na agricultura do Espírito Santo. Nele, por meio de um contrato, o proprietário cede uma parte de sua terra para o trabalhador, por um período mínimo de três anos, e este divide a produção conforme o percentual acordado entre as partes.

nessa lavoura. Entre os entrevistados, a grande maioria (98%) cultiva o café que, na maior parte dos casos, é a principal fonte renda das famílias. A supremacia da cafeicultura no município é tal, que apenas 16% os entrevistados informaram ter outra fonte de receita agrícola. Nestes casos, outros produtos, como mudas de café, banana, cana de açúcar, feijão, carvão, leite e eucalipto completam o orçamento das famílias, sendo estes dois últimos a produção principal de 2% dos entrevistados. Constatou-se ainda que a maioria dos entrevistados (96%) afirmou ser autossuficiente na produção de determinados alimentos, como milho, feijão, carne suína, aves, ovos, hortaliças, frutas, mandioca, inhame e batata-doce.

Com as transformações induzidas pelas políticas de modernização, foi se disseminando no meio rural, a princípio apenas entre as grandes propriedades, um padrão tecnológico baseado no uso máquinas, equipamentos e insumos de origem externa. Na pesquisa, constatou-se que a maior parte dos associados entrevistados vem aderindo a esse padrão.

Assim, observou-se que 92% dos entrevistados utilizam máquinas de pequeno porte, como roçadeiras, derriçadeiras e motosserra, muitas delas financiadas pelo PRONAF, e buscam nas associações os maquinários que não possuem, como descascadores, secadores, máquinas de pilar, dentre outros. A utilização de insumos externos, sobretudo químicos, é prática generalizada entre os associados pesquisados. Tal opção parece resultar de um imperativo econômico pois, como destaca Sabourin (2007), o uso de adubos e pesticidas se tornou necessário para que a agricultura familiar obtenha rendimentos equivalentes aos da agricultura patronal. Apesar dos questionamentos acerca de tais tecnologias, seu uso tem possibilitado a esse segmento obter elevados índices de produtividade da terra, maiores inclusive do que os do segmento patronal (GUANZIROLI et al., 2012).

O produto, uma vez colhido, passa por sucessivas etapas de processamento, que se iniciam com a separação dos grãos verdes e pretos dos cerejas, visando a melhora da qualidade do produto, seguindo-se a secagem em estufa ou terreiro aberto, finalizando com o beneficiamento na máquina de pilar, onde é retirada a casca. Entre os pesquisados, a maior parte não vai além desses procedimentos. Apenas uma minoria de produtores realiza todo o processo, agregando maior valor à produção pelo beneficiamento total do produto, finalizado com a oferta do pó de café embalado.

Quando analisada a utilização de recursos financeiros externos, constatou-se que 75% dos agricultores pesquisados já tomaram financiamentos agrícolas, principalmente para investimentos na produção. A principal fonte desses recursos, segundo 81% dos entrevistados, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. Alguns agricultores (9%) não especificaram a linha de crédito acessada, mas informaram que os recursos foram obtidos no Banco do Brasil. Nestes casos, entende-se que pode ter havido confusão entre a origem dos recursos (supostamente o PRONAF) e a instituição financeira intermediadora, erroneamente apontada como a fonte do crédito. De todo o modo, os resultados apontam a importância da existência de um programa especificamente destinado a esses agricultores para financiamento de suas atividades.

O PRONAF, como destacam Mattei et al (2007), contemplou uma parcela da população rural que, até então, permanecia à margem das políticas agrícolas. Com a expansão dos recursos e o aumento da capilaridade do programa, este se tornou presente na maioria dos municípios brasileiros e se transformou em uma alternativa concreta para os agricultores familiares.

De fato, foi observado que tal programa representa importante avanço para os agricultores familiares entrevistados, possibilitando investir em melhorias diversas nas propriedades, tais como plantio e renovação de lavouras, compra de equipamentos e insumos e construção de infraestrutura para armazenagem da produção. Constatou-se

que 60% dos entrevistados atribuem grau muito grande ou grande à importância dos financiamentos para o desempenho de suas atividades, 38% a consideram razoável, devido ao pequeno montante retirado, e apenas 2% a consideram pequena.

Quando questionados sobre as dificuldades para acessar os financiamentos, a maior parte, 86% dos associados, respondeu não ter encontrado dificuldades para cumprir as exigências. No entanto, observou-se que 25% dos entrevistados ainda não realizaram qualquer tipo de financiamento agrícola. Entre os motivos alegados para tal foram destacados o medo da inadimplência, a falta de documentação do terreno e a burocracia para conseguir o capital. Houve, ainda, aqueles que afirmaram não ter precisado de crédito.

Em relação à assistência técnica pública, 48% dos entrevistados informaram ter recebido algum tipo de visita por parte das instituições responsáveis, enquanto 52% nunca receberam nenhum tipo de visita desta natureza. Segundo os pesquisados, esse apoio só chega aos produtores que o buscam diretamente, e raramente chega até suas propriedades de forma espontânea. Esses resultados, ainda que melhores do que os observados para outras regiões (GUANZIROLLI, 2007), reforçam a percepção sobre a necessidade de maiores investimentos em assistência técnica e extensão rural, fundamentais para a viabilização da agricultura familiar.

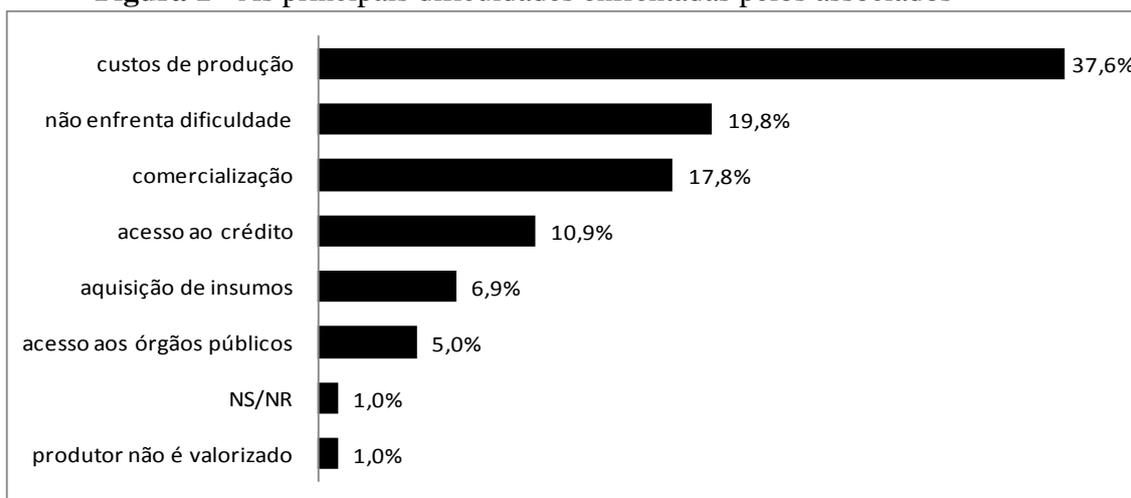
Dificuldades encontradas e percepção sobre o apoio governamental

Questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas, os entrevistados destacaram os altos custos de produção (Figura 1), e mais especificamente as despesas com mão de obra, considerada um recurso caro e escasso. Apesar da mão de obra ser predominantemente familiar, 56% dos entrevistados utilizam mão de obra contratada em regime temporário, sobretudo na colheita do café, que se estende entre os meses de abril a setembro, quando o trabalho na lavoura torna-se mais intenso. Trata-se, conforme Graziano da Silva (2010), de um fenômeno inerente às atividades agrícolas, cujos ciclos produtivos apresentam demanda irregular por mão de obra, requerida mais em algumas fases do que em outras.

Essa percepção acerca da mão de obra pode estar associada a mudanças na dinâmica demográfica do meio rural, com reflexos na disponibilidade desse recurso. Como destacam Buainain e Dedecca (2010), vem ocorrendo redução no tamanho das famílias rurais contemporâneas, o que se agrava pela saída mais precoce dos jovens em busca de oportunidades nos centros urbanos. Os autores também apontam os efeitos sobre o custo da mão de obra do acesso a programas sociais. Entre os agricultores beneficiários, o acesso a esses programas reduz a necessidade de recorrerem ao trabalho temporário, e a qualquer preço, o que contribui para elevar o custo de oportunidade do trabalho no meio rural. Tal percepção tem levado muitos a interpretar que esse programas estariam estimulando a preguiça rural quando, por outro lado, estão desencadeando um ciclo virtuoso de elevação do custo do trabalho.

Por outro lado, essa elevação do custo de trabalho no meio rural também criou dificuldades para aqueles segmentos da própria agricultura familiar que dependem da participação de assalariados, sobretudo temporários. Em regiões cafeeiras do Paraná, do Espírito Santo e de Minas Gerais, destacam Buainain e Dedecca (2010), o aumento do custo da mão de obra tem levado agricultores familiares a reduzirem o tamanho das lavouras. Diante disso, salientam os autores, há necessidade de introduzir técnicas poupadoras de trabalho para viabilizar a unidade produtiva.

Figura 1 - As principais dificuldades enfrentadas pelos associados



Fonte: Resultados da pesquisa.

Em seguida, os agricultores destacaram a precariedade do sistema de comercialização, que os obriga a vender sua produção para intermediários³ que, na maioria das vezes, lhes pagam menos do que a cotação. O mesmo ocorre com a compra dos insumos utilizados nas lavouras, que também são adquiridos via intermediários a preços mais altos do que se adquiridos diretamente da distribuidora.

Apesar dessas dificuldades, a maior parte desses agricultores continua a negociar a venda de sua produção e a compra dos insumos de forma individual. Foi observado que 66% dos entrevistados compram os insumos individualmente, e apenas 34% os adquirem em conjunto. Do mesmo modo, no que se refere à venda da produção, 94% a fazem individualmente, e apenas 6% comercializam conjuntamente sua produção. Porém, na maioria das vezes, esses procedimentos coletivos não se realizam entre os associados, mas sim dentro da família, entre irmãos, amigos ou ainda porque alguns associados são também membros de cooperativas de municípios vizinhos, e realizam a compra por meio delas.

Outro fator limitante apontado é a dificuldade de obter os financiamentos, ocasionada pela exigência de comprovação da titularidade da terra e pelas dificuldades de acesso aos órgãos públicos de assistência rural, como a Secretaria de Agricultura do município e o INCAPER.

Não obstante diversas limitações apontadas, quase 20% dos entrevistados entendem que não têm problemas. Tal resultado pode ser reflexo de um processo de naturalização das dificuldades estruturais vivenciadas na agricultura familiar.

Apesar de buscarem alternativas autônomas para as dificuldades apresentadas, os agricultores demonstraram valorizar o apoio governamental. Nas avaliações quanto ao papel desempenhado pelo Estado, 4% dos agricultores atribuem grau ótimo e 35% grau bom a este desempenho. Ainda neste quesito, 39% dos agricultores consideraram regular, 9% ruim, 8% péssimo e 5% não opinaram sobre o assunto. Esses dados revelam que a maioria dos agricultores pesquisados considera ao menos razoável o apoio estatal, percepção que também pode ser apreendida das entrevistas:

“Eu avalio que o Estado tem dado sua partida, nós às vezes, prefeitura e nós comunidade que não demos a nossa

³ O termo intermediário aqui empregado refere-se ao que também se chama popularmente no Espírito Santo de atravessador, ou seja, indivíduo ou instituição que medeia o processo de comercialização entre o produtor de matérias-primas e os grandes compradores.

contrapartida, muitas vezes desacreditamos de muitas coisas” (Fala do presidente A durante entrevista).

“Se for comparar aí, há uns anos atrás aí, a gente vê que hoje os municípios se desenvolveu muito, até mesmo assim, as associações. Você vê que quase todas as associações tem muitos equipamentos, entendeu, o estado dá uma força muito grande, o governo federal ajuda bastante. Às vezes, alguma coisa fica garrada dentro do próprio município mesmo por desinteresse, falta de interesse, ou talvez até da própria associação” (Fala do presidente C durante entrevista).

A atuação das associações: dinâmica, benefícios e limitações

Na concepção de Pinheiro (2001) as associações, uma vez constituídas, tornam-se capazes de diferenciar os produtores organizados e, com isso, introduzem mudanças nas formas de participação política, estimulando novos padrões de relacionamento com os movimentos sociais e com a administração municipal. Porém, nas associações pesquisadas a realidade encontrada foi diferente.

De início, não foram observados problemas significativos na dinâmica dessas associações, no que diz respeito à participação nos processos decisórios. A maioria dos associados (92%) afirmou que as associações são conduzidas democraticamente, pois as decisões do grupo são tomadas em conjunto por todos os membros, por meio de votação. Há alternância da diretoria, segundo 70% dos entrevistados, e a maior parte deles (94%) considera que sua frequência às reuniões vai de média a excelente.

No entanto, percebeu-se que as associações do município atuam de forma limitada. Outras potencialidades do trabalho em conjunto aparecem em algumas entrevistas, mas em geral os benefícios percebidos pelos associados restringem-se à utilização de implementos agrícolas a preços mais acessíveis, como pode ser percebido nas seguintes falas:

“Melhoria do café, hoje tem trator que ajuda o pessoal, secador que ajuda as pessoas, então são várias coisas que ajuda. Teve um grande avanço nas famílias, teve uma grande melhoria” (Fala do presidente I durante entrevista).

“Hoje a associação ela tem alguns equipamentos que atende aos produtores, como despolpador, secador, nós temos trator agrícola, então temos algumas coisas já que isso ajudou bastante os produtores” (Fala do presidente H durante entrevista).

“Depois que a associação formou e o grupo se uniu, a gente já conseguiu um trator” (Fala do presidente K durante entrevista).

“Primeira coisa que a gente ganhou foi o descascador de café. Conseguimos ganhar um secador, depois conseguimos ganhar a máquina também, e aí foi mudando né, o nosso jeito de trabalhar na associação” (Fala do presidente E durante entrevista).

Nota-se que o recurso à associação representa a possibilidade de acesso a algumas tecnologias. Como a maioria dos agricultores não dispõe de muitos recursos, a aquisição e/ou utilização conjunta de máquinas e implementos de maior porte, como secadores, descascadores, máquinas de pilar, tratores, bem como galpões para armazenamentos da produção, representa uma importante alternativa:

“Não gasta comprar maquinário caro sozinho, entra todo mundo em grupo e todo mundo sai ganhando” (Fala do presidente F durante entrevista).

“Nós conseguimos um trator completo e um galpão. A questão dos equipamentos conquistados ajuda muito ali na região” (Fala do presidente J durante entrevista).

A enumeração dessas conquistas pelos entrevistados é indício da importância que assume, para os mesmos, o acesso às máquinas e equipamentos citados. Tratam-se, sem dúvida, de mecanismos que possibilitam melhorar a produção, obter melhores preços no mercado e elevar a renda familiar. No entanto, Jales (2011) destaca que tornar-se membro de uma associação vai além disso, pois significa estar junto para construir uma nova realidade e não simplesmente para conseguir benefícios de projetos governamentais. Na visão da autora, superar essa etapa na construção da relação de reciprocidade nas associações é um dos grandes desafios para consolidar esses espaços coletivos.

De todo o modo, percebe-se que as associações vêm sendo criadas nos últimos anos para dar respostas locais a problemas cotidianos, muitas vezes provocados por uma conjuntura econômica desfavorável a esses agricultores. Observa-se que grande parte dos associados almeja um acréscimo em sua renda, mediante melhorias na produção e redução dos custos, como comprovam as entrevistas:

“A partir do momento que a gente trouxe a associação pra cá e que as pessoas começou a fazer melhor qualidade do seu produto, também os meios de vida melhoraram, entendeu. Então, hoje muitos produtores cresceu, aí, a sua produção devido ao conhecimento e buscando aí junto a associação pra fazer o melhor de seu produto e também adquirir um custo melhor” (Fala do presidente H durante entrevista).

Além da utilização coletiva dos maquinários e galpões, outros benefícios também alcançados foram relatados pelos associados. Um deles é o acesso a programas governamentais, como o PRONAF e o PNCF:

“Temos o direito ao PRONAF, temos um bom recurso, assim, sobre o prazo para pagar” (Fala do presidente G durante entrevista).

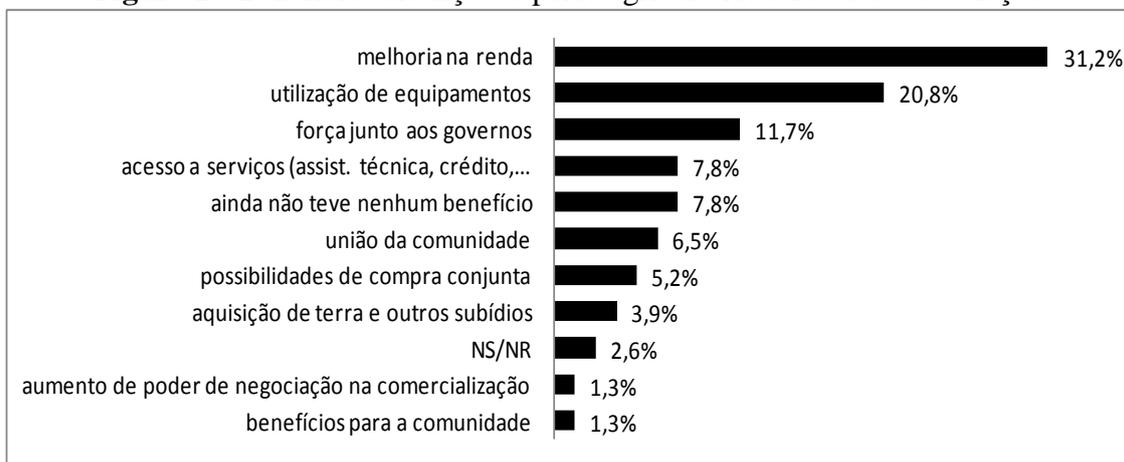
Outro fator de estímulo à associação foi o interesse em adquirir a própria terra, apontado por membros das associações constituídas com o propósito de acessar o crédito fundiário. Essa motivação pode ser notada na seguinte fala:

“Tem muitos aí que trabalhavam de colono, e hoje tem 10 anos de existência que taí, na sua própria casinha. Tem aí gente na sua própria propriedade colhendo 100 sacas de café, aqui dentro da propriedade do assentamento” (Fala do presidente G durante entrevista).

Na Figura 2, pode-se notar que percentual expressivo de agricultores apontou a melhoria de renda como principal benefício gerado pela associação. Destacam-se ainda os benefícios associados à utilização de equipamentos e a força para atuar frente aos

governos, adquirida com a associação. Quando consultados sobre a forma de apropriação desse benefícios, 75% dos entrevistados informaram que são desfrutados de forma similar entre os associados, principalmente no tocante à utilização dos equipamentos e maquinários. No entanto, seis dos agricultores pesquisados não percebem qualquer benefício originado pelas associações.

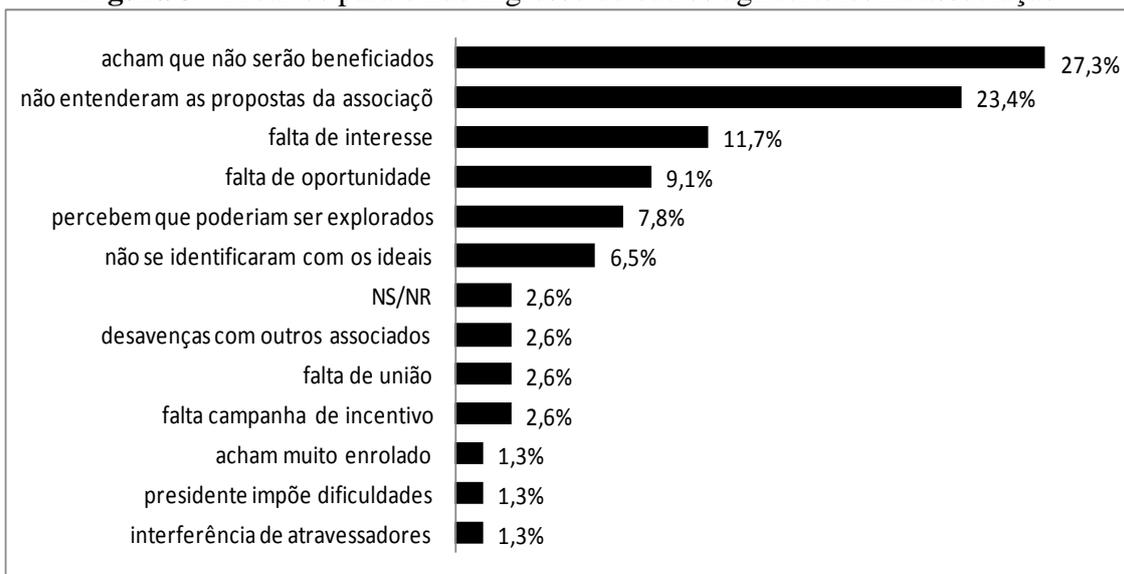
Figura 2 - Benefícios alcançados pelos agricultores através da associação



Fonte: Resultados da pesquisa.

Sobre os motivos apontados para o desinteresse de outros agricultores para ingressar nas associações (Figura 3), a percepção de que não serão beneficiados e a falta de entendimento sobre o funcionamento dessas organizações foram destacados (50,6%). Em seguida apareceram também a falta de interesse (11,7%) e a falta de oportunidade (9,1%). Este último se refere às três associações dos assentamentos que possuem limitação para o número de famílias beneficiárias do crédito fundiário, pois nestas associações só é permitida a substituição de famílias que pretendem sair do programa.

Figura 3 - Motivos para o não ingresso de outros agricultores na associação



Fonte: resultados da pesquisa.

Quando questionados sobre os principais desafios que impedem a associação de gerar mais benefícios, os agricultores apontam a falta de apoio, de interesse e de união

entre os próprios sócios (Figura 4). Em seguida, foi destacada a necessidade de presidências mais atuantes.

A falta de organização do grupo e de uma maior valorização do mesmo, na visão dos pesquisados, também são fatores que interferem nos resultados positivos:

“Não tem interesse, não vê na associação uma coisa importante pra comunidade. Tem pessoas que pensa só no individual” (Fala do presidente K durante entrevista).

A falta de apoio governamental, a quantidade limitada de membros das associações, o fato de serem elas ainda recentes e a burocracia também foram descritos como fatores limitantes ao desenvolvimento do grupo. A dificuldade para adquirir os equipamentos e, em alguns casos, a falta deles, também foi apontada como fator limitante. Outro problema relatado foi a existência, em algumas associações, de comerciantes de café que, de certa forma, limitam a atuação do grupo em benefício próprio, gerando uma dominação política e econômica dentro da associação.

Figura 4 - Entraves à maior geração de benefícios pela associação



Fonte: resultados da pesquisa.

A atuação dos presidentes das associações, na visão dos pesquisados, foi outro fator limitante para o desenvolvimento do grupo. Alguns entrevistados acreditam que falta mais apoio governamental para que a associação prossiga com resultados positivos. Neste caso, os associados atribuem a terceiros, principalmente à presidência e aos órgãos públicos, a tarefa de envolver e estimular o grupo, pouco reconhecendo o próprio papel no desenvolvimento das associações. Esse comportamento é contraditório pois, como destaca Aguiar (2007), as possibilidades de maiores transformações surgem da identificação dos agricultores com a condição de associado, e do entendimento acerca de seu significado. O fazer parte, as afinidades, os interesses em estabelecer relações representativas e duradouras, podem proporcionar-lhes uma nova visão sobre o grupo.

No caso dos associados pertencentes aos assentamentos, foram apontados os problemas decorrentes da não regularização das escrituras dos terrenos. Segundo os entrevistados, esse fator dificulta a atuação da associação, pois impede que muitos sócios participem de programas voltados para a agricultura familiar, como o PRONAF.

No entanto, apesar de apontarem tais impedimentos, 65% dos associados reconhecem que, de modo geral, as associações estão atingindo seus objetivos, e 21% apontam que ainda tem muito a ser feito, mas que estão a caminho. Porém, para 13% dos pesquisados, as associações ainda não conseguiram atingir suas metas.

Nas entrevistas, os presidentes reconhecem que as associações ainda precisam cumprir outras metas, com destaque para a realização de compra e venda em conjunto:

“É a gente conseguir comprar o nosso produto de lavoura por ela, que nós não tamo comprando ainda. Comprar adubo, calcário, isso é um outro passo que nós temos que dar por ela e vai facilitar a vida de muita gente” (Fala do presidente D durante entrevista).

“Olha um passo muito bom que a gente fosse seguir, a gente tinha até vontade para isso, é uma compra e uma venda, né, tudo feito pela associação, que aí formava um lote grande pra gente vender, né, o produto da gente pra gente vender, né, que é o café, o adubo e o remédio que usa na lavoura, que até hoje a gente não fez isso” (Fala do presidente E durante entrevista).

“Comprar as coisas tudo junto, em conjunto, é o que tá faltando” (Fala do presidente F durante entrevista).

“Aonde que a gente pudesse tá vendendo nosso produto direto, juntamente, aí pra você ter um valor mais melhor do produto, entendeu. Comprar em conjunto, eu acho que isso aí é um sonho que a gente tem: tanto vender o produto melhor, porque você vende em conjunto, tanto pra você comprar os insumos também em conjunto, aí sai num preço melhor e quem sai ganhando é o produtor” (Fala do presidente H durante entrevista).

Quando perguntados sobre as transformações que as associações promoveram nas comunidades onde estão inseridas, 53% dos entrevistados afirmaram que após o surgimento das associações, fatos positivos aconteceram nas comunidades. Isso pode também ser constatado em algumas entrevistas:

“Na gente formar essa associação, a gente adquiriu também alguns equipamentos, né, que ajudou na melhoria da produção, na melhoria da qualidade da produção, entendeu, isso ajudou os produtores sem dúvida nenhuma” (Fala do presidente B durante entrevista).

“Antigamente não tinha secador aqui na região. A gente tinha que fazer aquele volume de café pra fora, né, levar pra longe. Hoje não, hoje aquele que tem vontade de secar o café vem e fala, entendeu a gente coloca pra secar. A melhoria eu acredito que foi de uns 70% de vantagem” (Fala do presidente G durante entrevista).

O capital social presente nas associações

Até aqui, constatou-se que a formação e a operação das associações de produtores rurais do município foram influenciadas por diversos fatores, especialmente ligados ao interesse por recursos públicos e pelo acesso a novas tecnologias. Na literatura, a existência de capital social é apontada como fator importante par o desenvolvimento de processos coletivos.

Segundo Putnam (2006), características como confiança, reciprocidade, solidariedade e cooperação representam a base do capital social em uma dada comunidade ou organização. Quanto maior o nível de confiança nesses locais, maior será a cooperação entre seus membros e, com o aumento de cooperação, há maior geração de confiança, formando um ciclo virtuoso que eleva o estoque de capital social. O autor atribui à progressiva acumulação de capital social papel fundamental na formação de movimentos coletivos, tais como as associações, cooperativas, corais, entre outros.

Segundo o autor, pode-se considerar que a existência de uma associação em dada comunidade, por si só, já indica que esta possui capital social, pois a “cooperação voluntária, como as associações, depende do capital social” (PUTNAM, 2006, p. 186). Conforme Dinca (2012), a organização das comunidades locais em associações promove a participação das membros em prol de interesses coletivos, contribuindo para elevação dos níveis de capital social. Nesse sentido, salientam Galvão et al (2006), a existência de associações em determinado local tem sido considerada um dos principais indicadores da presença capital social.

Nessa ótica, pode-se inicialmente inferir que as comunidades aqui pesquisadas são dotadas de capital social, pois mostraram-se capazes de constituir e manter em atividades suas associações. No entanto, constatou-se que nem todas as associações foram constituídas a partir da percepção interna acerca dos problemas e do potencial advindo da organização, já que algumas delas foram criadas pela indução do poder público.

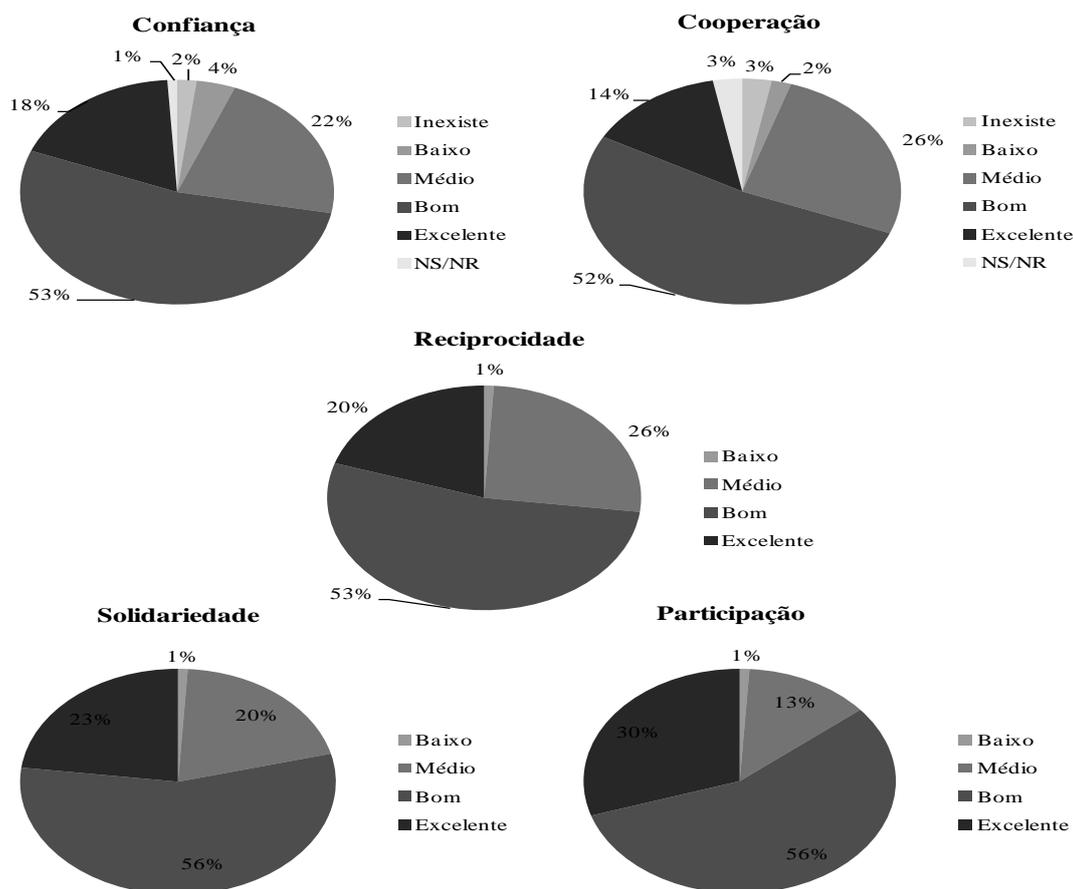
Diante dessa constatação, buscou-se obter alguma indicação da maior ou menor presença de capital social nas associações pesquisadas. Porém, como destacado por Galvão et al (2006), a mensuração de elementos imateriais e que se dão nas relações entre indivíduos, como é o caso do capital social, é sempre tarefa arriscada, sujeita a críticas, que se mostra como um desafio metodológico para os pesquisadores. Na presente pesquisa, buscou-se identificar a presença de capital social nas associações do município com base na percepção dos agricultores da amostra acerca dos níveis de confiança, de reciprocidade, de solidariedade e de cooperação presentes nas associações. Os resultados desse procedimento são resumidos na Figura 5.

Quando questionados sobre o grau de confiança existente entre os associados, 71% dos associados o consideraram bom a excelente. A confiança é um componente essencial do capital social, pois quanto maior a confiança em uma organização maior será a cooperação entre seus membros.

O grau de confiança encontrado é indício de maiores possibilidades de cooperação entre os associados. De fato, observa-se que o nível de cooperação entre os agricultores também atinge grau satisfatório. Dos entrevistados 66% consideram que o nível de cooperação entre os associados é bom ou excelente. Putnam (2006) também argumenta que a cooperação em uma organização é proveniente das regras de reciprocidade e de participação cívica. Nesse sentido, quando questionados sobre a reciprocidade presente entre os membros associados, uma parte significativa dos pesquisados (73%) atribuiu grau bom a excelente a este item. Ou seja, entre esses agricultores há expectativas mútuas de que um favor feito hoje possa ser retribuído no futuro.

Quanto ao nível de solidariedade presente nas associações, 23% o total de agricultores o consideram excelente, 56% afirmaram ser bom. Apenas 20% responderam ser médio, e só 1% afirmou ser baixo o nível de solidariedade presente entre os associados. Esses resultados são importantes pois, conforme Jales (2011), a cooperação e a solidariedade são mundialmente reconhecidos como princípios que fundamentam as diversas formas de associação existentes.

Figura 5 - Indicadores da presença de capital social nas associações



Fonte: Resultados da pesquisa.

Outro aspecto que atesta a presença significativa de capital social nas associações pesquisadas é a participação voluntária dos associados em atividades no próprio grupo e na comunidade onde residem. Dentre os entrevistados, 86% consideraram essa participação excelente ou boa. Esse resultado é interessante, na medida em que revela a preocupação dos associados com o coletivo e com a comunidade onde se inserem, o que vai além dos objetivos restritos aos membros das associações.

Constatou-se, assim, a presença de capital social entre os associados, que se caracteriza pelo compartilhamento das formas de mobilizações coletivas. O desenvolvimento desse estoque de capital social está totalmente relacionado à multiplicação e aprimoramento das associações do município.

CONCLUSÕES

A importância econômica e social da agricultura familiar tem sido evidenciada em diversas análises. Não obstante, são várias as dificuldades enfrentadas por esse segmento, em geral decorrentes de limitações associadas às características dos estabelecimentos, à concentrada estrutura de mercado, bem como ao histórico de negligência por parte do poder público e das principais políticas agrícolas.

No enfrentamento de tais dificuldades, as estratégias coletivas, em particular com a formação de associações, assumem importância crescente. Na presente pesquisa, foi abordado o processo de constituição e funcionamento das associações de agricultores familiares de Brejetuba-ES, município com agricultura familiar expressiva, em geral dedicada à produção de café.

Foi constatado que as associações atuam como elemento de ligação entre a comunidade local e os órgãos públicos no que se refere à garantia de benefícios para os agricultores associados, implicando melhorias econômicas e na qualidade de vida. Na percepção da maioria dos agricultores entrevistados, as associações trouxeram benefícios para seus membros. Em especial, possibilitaram a utilização conjunta de equipamentos, agregando valor à produção de café, principal fonte de renda desses agricultores. Esse benefício, entendido como estratégia de melhoria no nível econômico dos agricultores pesquisados, foi identificado como principal vantagem de ser associado e motivação básica para o ingresso nas associações.

Outro benefício, identificado por agricultores assentados, foi o acesso ao crédito fundiário. Tal acesso possibilitou a esses agricultores a aquisição de terra própria, e consequente migração da condição de assalariados ou parceiros para agricultores autônomos.

Apesar da relativa satisfação com os benefícios alcançados pelas associações, depreende-se da análise que a atuação dessas organizações tem sido limitada. Como algumas das associações não surgiram como resultado de um processo participativo, mas por influência do poder público, seu papel vem se limitando ao uso coletivo de máquinas e implementos agrícolas. Com esse nível de atuação, as associações asseguram melhores condições para cultivo e beneficiamento do produto, mas não para sua comercialização.

Apesar de algumas associações terem sido induzidas pela ação estatal, presença significativa de capital social, representado pelas relações horizontais de confiança, cooperação, solidariedade, reciprocidade e participação, foi constatada entre os associados. Trata-se de uma importante constatação, visto que o capital social atua como elemento central no processo de formação, manutenção e funcionamento das associações. Isso pode contribuir para o fortalecimento dessas organizações, gerando benefícios que, de forma isolada, esses agricultores provavelmente não conseguiriam.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA, NEAD (Consultoria IICA 940/98), 1998.

AGUIAR, A. M. L.. **O desafio do associativismo na Agricultura Familiar**: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco-PR. 2007.160f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ALMEIDA, L. F. **Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba**: propostas e resultados na elevação de escolaridade e na qualificação social e profissional. 2014.

Revista Desenvolvimento Social N° 22/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

135f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense.

BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo**: constituição, modernização e reprodução socioeconômica. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. 2 ed. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Reordenamento Agrário, 2015.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A Agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. 352f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

DINCA, T. **Desenvolvimento local**: estudo dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no oeste paranaense (1945-2010). 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

FIDELIS, L. Cafeicultura de Brejetuba ganha reconhecimento nacional. **SAFRAES - Portal de Notícias da Agricultura Capixaba**: Guaçuí, 23 maio de 2014. Disponível em: <http://www.safraes.com.br>. Acesso em: jan. 2015.

GALVÃO, C. A. et al. Análise de algumas experiências de associações rurais sob a ótica do capital social: discussão teórica e algumas evidências empíricas na área rural. In: SABOURIN, E. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v.6, n°. 23, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A Agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: 1996 e 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

GUANZIROLLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1991. .

INCAPER. Instituto capixaba de pesquisa, assistência técnica e extensão rural. **Programa de assistência técnica e extensão rural PROATER 2011 a 2013-Brejetuba:** planejamento e programação de ações 2011. Governo do estado do Espírito Santo: Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de recuperação automática de dados-SIDRA. **Censo Agropecuário 2006** (segunda apuração). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Espírito Santo: Brejetuba.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320115&search=espírito-santo|brejetuba>. Acesso em: dez. 2013.

JALES, E. F. **Associativismo nos municípios rurais:** uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MATTEI, L. et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: Congresso da SOBER, 45., 2007, Londrina, PR. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007.

PINHEIRO, D. A agricultura Familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália Moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

Recebido para publicação em 5 de outubro 2017
Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2018